

**ATA DA CENTÉSIMA OCTUAGÉSIMA OITAVA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEDPAR.**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, no auditório do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - CISMEDPAR, localizado na Travessa Goiânia, cento e cinquenta e dois – Londrina/PR, realizou-se a centésima octuagésima oitava Assembleia Geral Ordinária. Conforme previsto na cláusula vinte e seis do contrato de consórcio público do Cismepar, esta assembleia foi aberta às nove horas em primeira convocação, onde constatou-se que não estavam presentes a maioria absoluta dos associados. Assim sendo, procedeu-se à segunda convocação, meia hora após, onde constatou-se a presença de cinquenta por cento dos associados, conforme estabelece o parágrafo único da cláusula vinte e seis do referido contrato. Para este expediente fizeram-se presentes na categoria de Prefeitos (as): Luís Garcia (Alvorada do Sul - procuração); Fabricio Pastore (Bela Vista do Paraíso); Onício de Souza (Florestópolis); Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar (Ibiporã - Procuração); José Tiago Camargo do Amaral (Londrina); Agamemnon Augusto Araújo Paduan (Porecatu). Também participaram da reunião como ouvintes os representantes da diretoria executiva do consórcio. Ordem do dia: Projetos de Resolução sem e com impacto orçamentário municipal; Outros assuntos de interesse do consórcio; Informes. O Presidente cumprimentou a todos, apresentou a pauta a ser discutida e relatou que, juntamente com o Sr. Diego, participou de reunião em Curitiba, ocasião em que a SESA assegurou recurso no valor de dois milhões de reais, destinado à reforma do prédio do consórcio, cujo projeto já se encontra aprovado, restando apenas a assinatura do convênio para início do processo. Ressaltou que se trata de proposta originada em dois mil e vinte e três, que não havia avançado, mas que, após recentes articulações, teve sua liberação confirmada. Informou que o projeto foi devidamente atualizado, contemplando a substituição das rampas pela instalação de elevador, a climatização e as adequações na entrada principal. Salientou, contudo, que não será possível, nesta etapa, promover a alteração do acesso para ônibus, sob pena de necessidade de nova aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, o que poderia ocasionar atraso no cronograma. Acrescentou, por fim, que a obra poderá ser executada em duas etapas, caso se façam necessárias modificações adicionais futuramente. Na sequência, abordou a questão do atendimento em neuropediatria, considerada um gargalo do consórcio. Lembrou que, conforme já citado em reuniões anteriores, há apenas dois médicos atuando, número insuficiente diante da elevada demanda, sobretudo em razão do aumento dos diagnósticos de autismo. Comunicou que está prevista a entrada de cinco novos neuropediatras na equipe, e que também está sendo analisada a possibilidade de implantação de telemedicina como projeto-piloto, a fim de ampliar o acesso sem a necessidade de deslocamento de pacientes e profissionais. Por fim, mencionou a preocupação com a obra vizinha abandonada, que invade a calçada com tapumes, colocando em risco pedestres, principalmente idosos. Informou que já entrou em contato com os responsáveis e reforçou a necessidade de cobrança formal para que a regularização seja providenciada, garantindo a segurança no entorno. Na sequência, o Presidente passou à análise dos projetos de resolução, destacando inicialmente a alteração da estimativa populacional do IBGE para o exercício de dois mil e vinte e cinco, que apresentou aumento de novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três para novecentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro habitantes. Ressaltou, contudo, que a matéria não poderia ser votada na presente reunião em razão da ausência de quórum mínimo. Informou que alguns municípios apresentaram aumento populacional, como Londrina, enquanto outros registraram redução, a exemplo de Bela Vista do Paraíso, reafirmando que o tema atualização do PLACIC e PAA será retomado em próxima assembleia. O Sr. Diego apresentou o Projeto de

48 Resolução número trezentos e oitenta e um que altera a Resolução número trezentos e oito de
49 dois mil e vinte e um, autorizando celebração de convênio com instituições financeiras para a
50 realização de empréstimos consignados em folha de pagamento para os trabalhadores do
51 Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – Cismepar e dá outras
52 providências. Projeto de Resolução número trezentos e oitenta e um foi aprovado por
53 unanimidade. Projeto de Resolução número trezentos e oitenta e dois dispõe sobre a autorização
54 para abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de dois mil e vinte e
55 cinco, referente dotação para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção
56 Especializada à Saúde - PORTARIA GM/MS número três mil seiscentos e quatro no exercício
57 de dois mil e vinte e cinco. Projeto de Resolução número trezentos e oitenta e dois foi aprovado
58 por unanimidade. Projeto de Resolução número trezentos e oitenta e três, dispõe sobre a
59 autorização para abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de dois mil e
60 vinte cinco, referente dotação na fonte rateio um zero seis nove para complemento atendimento
61 contratualização para exercício de dois mil e vinte e cinco. Esclareceu que o montante será
62 aplicado em consultas, exames e serviços de terceiros, a fim de complementar despesas já
63 realizadas e garantir a quitação dos compromissos em andamento. Projeto de Resolução número
64 trezentos e oitenta e três foi aprovado por unanimidade. Projeto de Resolução número trezentos e
65 oitenta e quatro, dispõe sobre a alteração na Resolução número cento e vinte e dois, de vinte e
66 um de fevereiro de dois mil e treze e dá outras providências. Sendo apresentadas duas situações
67 para adequação da tabela, a primeira tratou da inclusão da possibilidade de contratação de
68 consultas médicas por telemedicina, especialmente voltadas às unidades de pronto atendimento.
69 Foi relatado que o município de Londrina tem desenvolvido projeto-piloto nessa modalidade, o
70 qual tem se mostrado satisfatório, permitindo ao paciente acessar via aplicativo, realizar
71 anamnese, ser atendido por médico, obter receitas ou atestados de forma online e, nos casos em
72 que identificada necessidade de maior complexidade, ser encaminhado ao atendimento
73 presencial. Ressaltou-se que a telemedicina demonstrou potencial para reduzir filas e otimizar o
74 fluxo assistencial, com custo estimado em trinta e três reais por consulta, valor inferior ao dos
75 plantões presenciais, configurando importante ferramenta de inovação e tecnologia na área da
76 saúde. Foi esclarecido que o modelo não substitui o atendimento médico presencial, mas se
77 apresenta como alternativa complementar, de adesão facultativa pelos municípios. Na sequência,
78 foi abordado o segundo ponto, referente à especialidade de neuropediatria. Foi relatada a
79 dificuldade de fixação de profissionais na rede pública, diante da alta demanda e da discrepância
80 entre os valores pagos pelo setor público e privado, em que as consultas particulares chegam a
81 seiscentos reais. Considerando esse cenário, o Cismepar articulou estratégia para viabilizar
82 mutirão de atendimentos, mediante composição com médicos especialistas de Londrina,
83 resultando na fixação do valor de duzentos e vinte reais por consulta em clínica conveniada.
84 Destacou-se que a medida objetiva reduzir o tempo de espera e oferecer resposta às famílias,
85 ainda que temporária, até que novas ações estruturais possam ser implementadas. **Outros**
86 **assuntos de interesse do consórcio:** Ambulância transporte sanitário – Foi discutida a questão
87 do transporte de pacientes entre municípios. O secretário Beto Preto havia sinalizado o envio de
88 duas ambulâncias ao Consórcio, porém o estudo de viabilidade demonstrou custo elevado para
89 manter equipes próprias. O Conselho Curador avalia a contratação de serviço terceirizado ou
90 credenciado, com ambulâncias disponíveis sob demanda para atendimentos específicos. O estudo
91 inicial, que previa três ambulâncias em Ibiporã, Rolândia e Cambé, operando vinte e quatro
92 horas por dia, resultou em custo aproximado de um real e trinta centavos per capita, considerado
93 alto. A alternativa em análise é o credenciamento de empresas, com pagamento por chamado, o
94 que reduziria despesas com pessoal e manutenção. O serviço funcionaria como suporte aos
95 municípios, acionado apenas quando não houver ambulância disponível. Foi definido que será
96 apresentado novo levantamento de custos e proposta de credenciamento na próxima reunião do

97 Conselho Curador, com análise da Procuradoria. INSS Patronal / PEC número cento e trinta e
98 seis – O Sr. Diego destacou a situação relacionada à PEC número cento e trinta e seis. Explicou
99 que todos os parcelamentos anteriores, inclusive o de duzentos e quarenta meses, do qual o
100 Cismepar havia aderido em dois mil e vinte e dois, foram negados pela Receita Federal,
101 ensejando a impetração de mandado de segurança. Em primeira instância houve concessão,
102 autorizando o parcelamento e dando início aos pagamentos, mas posteriormente a decisão foi
103 revertida, sob o argumento de que consórcios públicos não possuem direito, uma vez que a
104 contrapartida do parcelamento se dá por desconto direto no Fundo de Participação dos
105 municípios, o que somente os municípios individualmente podem autorizar. Relatou-se que, após
106 recursos e decisões no âmbito do STF, restou mantido o entendimento de que os consórcios não
107 tinham acesso à modalidade. Contudo, em reunião anterior, foi informado que, com apoio
108 jurídico, havia sido apresentada nova proposta de parcelamento individualizado junto à Receita,
109 em análise, com prazo de até seis meses. Paralelamente, diante da expiração da certidão
110 negativa, houve a necessidade de novo mandado de segurança, resultando em liminar favorável.
111 Ressaltou-se, porém, que com a aprovação da PEC foi incluída a possibilidade de parcelamento
112 específico para os consórcios públicos, em até trezentos meses, o que se configurou como
113 conquista significativa. A dívida atualizada é de trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil
114 reais, tendo valor original de vinte milhões, setecentos e sete mil reais, oriunda de
115 questionamento sobre imunidade tributária. Caso o parcelamento seja confirmado com desconto
116 de juros e multas, o valor per capita mensal poderá chegar a sete centavos; sem desconto, treze
117 centavos. Foi informado que o Consórcio dispõe de seis milhões de reais em caixa, além de dois
118 milhões de reais a título de restituição de valores já pagos em parcelamentos não reconhecidos,
119 recursos que poderão ser utilizados como entrada de vinte por cento, exigida pela legislação.
120 Destacou-se que, tão logo seja publicada a portaria regulamentadora da Procuradoria-Geral, a
121 proposta de adesão será apresentada para deliberação da Assembleia. Adicionalmente, foi
122 antecipada a intenção de protocolar pedido de CEBAS (Certificação de Entidade Beneficente de
123 Assistência Social), por se tratar de medida juridicamente viável, que poderia ter sido adotada
124 anteriormente em substituição à ação de imunidade tributária. A obtenção do CEBAS poderá
125 implicar economia tributária relevante ao Consórcio, especialmente sobre a cota patronal do
126 INSS. Por fim, destacou-se que o tema será submetido à Assembleia para definição da forma de
127 adesão ao parcelamento, considerando inclusive propostas sugeridas no Conselho Curador no
128 sentido de utilizar parte dos recursos disponíveis para investimentos estratégicos no Consórcio e
129 o restante para amortização da dívida. Emenda do Deputado Haully – A Sra. Vivian pediu a
130 palavra para esclarecer que a emenda parlamentar no valor de um milhão de reais, será aplicada
131 em três especialidades prioritárias definidas conjuntamente: gastroenterologia, nefrologia e
132 cardiologia. A Sra. Vivian apresentou a proposta, reforçando que houve ruídos anteriores acerca
133 da emenda e, por isso, era importante detalhar o processo e a forma de aplicação para garantir
134 transparência aos prefeitos. Ressaltou-se que entre a indicação da emenda pelo deputado e o
135 efetivo repasse dos recursos há um intervalo considerável, uma vez que a verba precisa aparecer
136 no sistema INVESTSUS e somente depois ser transferida para o fundo municipal de saúde. Foi
137 informado que, até o momento, do montante anunciado de nove milhões de reais para
138 atendimento às filas reprimidas, apenas três milhões de reais foram efetivamente indicados,
139 sendo que deste valor, um milhão e quinhentos mil reais será destinado às cirurgias eletivas e o
140 restante distribuído para as consultas iniciais nas especialidades definidas. A divisão será feita de
141 acordo com o Plano Diretor Regional, sendo cinquenta e oito para Londrina e quarenta e dois
142 para os demais municípios. Será ofertado ao longo de quatro meses, com expectativa de reduzir
143 significativamente as filas de consultas especializadas. Ainda foi destacado que existe a
144 possibilidade de destinar parte dos recursos também para aquisição de aparelhos auditivos, dado
145 o grande número de pacientes em fila, cabendo aos prefeitos e secretários, caso tenham

146 deputados parceiros, viabilizar emendas complementares para ampliar o alcance desse
147 atendimento. Na sequência, abordou-se a questão das Operações Integradas de Cuidado (OCI),
148 explicando que, devido à complexidade do processo de faturamento em dois exercícios
149 financeiros, Londrina não conseguiu viabilizar a execução diretamente, motivo pelo qual os
150 municípios estão assumindo a execução via regional. Foi relatado que a execução em todo o
151 Estado do Paraná ainda é baixa (cerca de dezessete por cento), principalmente em procedimentos
152 oncológicos. No caso do Cismepar, optou-se por converter parte dos recursos da fatia de
153 Londrina para a atenção especializada, especialmente para ampliar a oferta de exames e
154 consultas. Convite Hospital do Câncer – A Sra. Mara Rossival, gestora de ações estratégicas e
155 projeto do ICL, veio até o consórcio para apresentar um convite aos prefeitos e secretários de
156 saúde para participarem da comemoração dos sessenta anos do Hospital do Câncer, que ocorrerá
157 no dia trinta e um de outubro, com evento aberto ao público denominado “Abraço no Hospital do
158 Câncer”. A programação inclui fechamento da rua Horta Barbosa, distribuição de seis mil
159 pedaços de bolo, show musical e presença de autoridades, incluindo governador e secretário de
160 saúde. Com o intuito de fortalecimento das ações de prevenção, especialmente no contexto do
161 Outubro Rosa, incluindo mamografias para mulheres. Os prefeitos foram convidados a mobilizar
162 ambulâncias e secretarias de saúde para auxiliar no evento e fortalecer o “abraço” simbólico. Foi
163 informado que, simultaneamente, será iniciada a obra de ampliação da unidade de internação do
164 hospital, contemplando leitos clínicos e cuidados paliativos, visando atender às exigências do
165 Corpo de Bombeiros e ampliar a capacidade de atendimento, com previsão de entrega em doze
166 meses e acréscimo de sessenta novos leitos ao SUS. O registro final reforçou o caráter
167 comunitário do evento e o convite para participação ativa dos prefeitos, secretarias e
168 representantes municipais. Visita do Deputado Jairo Tamura – O deputado Jairo Tamura esteve
169 presente na reunião, agradecendo a oportunidade de dialogar com os prefeitos e representantes
170 municipais e colocando-se à disposição para apoiar o Consórcio e os municípios em ações de
171 saúde. Destacou seu interesse em contribuir com emendas e recursos voltados à redução de filas
172 de atendimento e fortalecimento de programas específicos, incluindo o atendimento a crianças
173 com autismo e pessoas com deficiência, mencionando iniciativas de fornecimento de veículos
174 adaptados e apoio a projetos de centros especializados. O deputado enfatizou a importância de
175 articulação junto aos municípios para viabilizar recursos e mutirões de atendimento, inclusive
176 para consultas e procedimentos de menor cobertura pelo SUS. Também abordou a necessidade
177 de laudos e diagnósticos precisos no contexto do autismo, visando assegurar a eficácia do
178 atendimento e reduzir problemas futuros na rede pública. Foram discutidas estratégias de apoio
179 financeiro via emendas parlamentares, com destaque para a utilização de recursos para aquisição
180 de aparelhos auditivos e ampliação do atendimento em áreas prioritárias. O deputado
181 comprometeu-se a acompanhar a execução dos projetos e a manter diálogo direto com prefeitos e
182 secretarias de saúde para viabilização das ações. Nada mais havendo a tratar por ocasião desta
183 assembleia, deu-se por encerrada a reunião, e eu Simone Oussaki, Assessora Executiva,
184 lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma que
185 esta será publicada no site do Cismepar até cinco dias úteis e o arquivo de áudio e/ou vídeo desta
186 assembleia fica disponível para consulta aos interessados, sob guarda da Diretoria Executiva.

MUNICÍPIO		NOME	ASSINATURA
1	ALVORADA DO SUL	Luís Garcia (procuração)	
2	BELA VISTA DO PARAÍSO	Fabricio Pastore	

3	FLORESTÓPOLIS	Onício de Souza	
4	IBIPORÃ	Leiliane de Jesus de Martini Lopes de Vilar (procuração)	
5	LONDRINA	José Tiago Camargo do Amaral	
6	PORECATU	Agamemnon Augusto Araújo Paduan	

187